

# ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins  
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.  
Tiragem: 500 exemplares  
Depósito Legal: 433460/17  
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial



# A APROPRIAÇÃO DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS POR PARTE DAS COMUNIDADES MODERNAS E CONTEMPORÂNEAS

Alexandra Vieira<sup>1</sup>

## RESUMO

Consideramos que os vestígios arqueológicos podem ser entendidos como dispositivos mnemónicos que estruturam as memórias das comunidades locais, os seus costumes e práticas. Este artigo analisa o modo como os vestígios arqueológicos foram interpretados por diferentes comunidades, ao longo da Época Moderna e Contemporânea, em Portugal. Procura-se estudar o contributo da documentação histórica, assim como de algumas publicações do século XIX/XX, para o conhecimento dos vestígios arqueológicos e da tradição oral.

**Palavras-chave:** Vestígios arqueológicos, Documentação histórica, Tradição oral, Época Moderna e Contemporânea.

## ABSTRACT

We believe that the archaeological remains can be understood as “mnemonic devices” that structure the memories of local communities, their customs and practices. This article contemplates the analysis of how the archaeological remains were interpreted by different communities, throughout the Modern and Contemporary times, in Portugal. We seek to study the contribution of historical documentation, as well as some 19<sup>th</sup> / 20<sup>th</sup> century publications, to the knowledge of archaeological remains and oral tradition.

**Keywords:** Archaeological remains, Historical documentation, Oral tradition, Modern and Contemporary times.

## 1. INTRODUÇÃO

O nosso interesse pela análise da documentação histórica inicia-se quando nos apercebemos da importância dos seus dados para a análise dos vestígios arqueológicos enquanto dispositivos mnemónicos numa determinada paisagem. São estas materialidades que vão desencadear, em muitas situações, uma explicação para o mundo que rodeia as comunidades, a partir do século XVIII. Ao se depararem com os vestígios arqueológicos, e não conhecendo a sua verdadeira natureza, as diferentes comunidades “fabricam” explicações, naquilo que podemos designar como imaginário popular, pejado de efabulações. É dessa forma que, principalmente, entre os sécs. XVIII/XX, percebemos o modo como se deu essa apropriação dos vestígios arqueológicos pelas diferentes comunidades. Os intelectuais do século

XVIII e XIX reportam essas explicações nos seus textos, acrescentando outros dados mais concretos, tal como a descrição de algumas dessas “ruínas”.

Num primeiro momento, a nossa análise centrou-se na área abrangida pela Bacia Hidrográfica do Douro e nos vestígios pré-históricos, mas tem vindo a ampliar-se com a recolha de novos dados. Não se trata ainda de uma pesquisa sistemática, mas de dados que temos vindo a detetar no decorrer da nossa pesquisa sobre a tradição oral, na sua relação com os vestígios arqueológicos.

## 2. FONTES HISTÓRICAS DOS SÉCS. XVIII, XIX E XX

Existem algumas obras que demonstram a forma como os vestígios arqueológicos foram assinalados e interpretados pelas diferentes comunidades, ao

1. CITCEM; IPB; alexandra.vieira@gmail.com

longo dos tempos, nomeadamente entre os sécs. XVIII e XX.

O século XVIII é profícuo na produção de obras/publicações que a par da caracterização de algumas regiões, descrevem alguns sítios arqueológicos, apontando para a forma como as comunidades ou os próprios autores percecionavam/interpretavam esses vestígios arqueológicos. Vejamos algumas dessas obras.

A título de exemplo, podemos referir os três volumes da *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, do Padre António Carvalho da Costa, publicados em 1706, 1708 e 1712. Fazemos, ainda, referência ao *Dicionário Geográfico ou Notícia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas* (Tomo I e II) do Padre Luís Cardoso, de 1737-1751. Regista um conjunto de lugares com a designação de *Anta, Antas, Antellas, Arcas e Orcas*.

A obra de maior destaque neste século é, efetivamente, as *Memórias Paroquiais de 1758*, que resulta de um inquérito realizado em todas as paróquias do país após o terramoto de 1755.

“Um aviso de 18 de Janeiro de 1758 do Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, fazia remeter, através dos principais prelados, e para todos os párocos do reino, os interrogatórios sobre as paróquias e povoações pedindo as suas descrições geográficas, demográficas, históricas, económicas, e administrativas, para além da questão dos estragos provocados pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755. As respostas deveriam ser remetidas à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino” (ANTT, em linha).

Em relação aos vestígios arqueológicos, esta obra “encerra, provavelmente, o maior elenco de referências a sítios arqueológicos e a monumentos de Portugal Continental alguma vez mencionados até ao século XVIII” (Sousa, 2011: 911). Esta documentação revela-se útil para a análise dos vestígios arqueológicos, embora seja dada maior primazia ao património edificado, segundo a análise de Luís Sousa. A observação destes textos permite-nos conhecer a forma como eram interpretados os referidos vestígios,

muitas vezes atribuídos aos mouros ou aos romanos. Até ao momento, foram editados oito volumes da coleção “Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758”, coordenada por José Viriato Capela, com um extenso trabalho sobre a diversidade de dados que se podem obter a partir da análise das Memórias.

Segundo Luís Sousa, a análise das Memórias Paroquiais requer alguma cautela. Em primeiro lugar, “a grande maioria dos párocos memorialistas menciona usualmente o património edificado e não tanto o património arqueológico”. No que diz respeito à questão 22, “alguns padres responderam que não tem privilégios, nem antiguidades dignas de memoria, porém, em outros pontos, vão mencionados sinais ainda que residuais da “época dos Mouros” ou “dos Romanos” (Sousa, 2011: 911), o que pressupõe que é necessário fazer uma análise cuidada e atenta na demanda por referências a vestígios arqueológicos.

Para o século XIX, destacamos O *Portugal antigo e moderno: Diccionario Geographico, Estatistico, Chorografico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias. Se estas são notaveis, por serem patria d’homens celebres, por batalhas ou noutros factos importantes que nellas tiveram logar, por serem solares de familias nobres, ou por monumentos de qualquer natureza, alli existentes. Noticia de muitas cidades e outras povoações da Lusitania de que apenas restam vestígios ou somente a tradição*, compilado por Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal, entre 1873 e 1890, uma obra de grande vulto para a época.

Os “Eztractos archeologicos das Memórias Paroquiais de 1758”, de Pedro A. de Azevedo, terão sido a primeira tentativa de compilação de dados relevantes para a Arqueologia a partir das Memórias Paroquiais, e consistem num conjunto de excertos que vão ser publicados na primeira série do *Arqueólogo Português*, nos finais do século XIX/inícios do século XX.

O *Archeólogo Português* foi publicado pela primeira vez em 1895, sendo dirigido por José Leite de Vasconcelos e editado pelo Museu Etnográfico Português, atual Museu Nacional de Arqueologia. É uma obra essencial para a Arqueologia portuguesa.

Para o século XX, destacamos o trabalho do Padre Francisco Manuel Alves, também conhecido como Abade de Baçal, que publicou as *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança: repositório amplo de notícias corográficas, hidro-*

-orográficas, geológicas, mineralógicas, hidrológicas, biobibliográficas, heráldicas etimológicas, industriais e estatísticas interessantes tanto à história profana como eclesiástica do distrito de Bragança, entre 1910 e 1947.

Outros nomes se acrescentam com diferentes contributos ao nível de trabalhos de investigação e da publicação de artigos em revistas da especialidade. Falamos de Martins Sarmento (Revista de Guimarães, por exemplo), Santos Júnior, Domingos de Pinho Brandão, Henrique Botelho, Albino Pereira Lopo, Abade José Augusto Tavares, entre muitos outros.

### 3. ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Com base no conjunto de dados que fomos recolhendo ao longo dos últimos anos e na leitura das obras apresentadas anteriormente, foi possível detetar informação relativa a determinados tipos de vestígios arqueológicos, nomeadamente sítios com arte rupestre, antas [e orcas], povoados murados (Calcolítico/Bronze), povoados fortificados ou castros (Bronze Final/Idade do Ferro), sítios da Idade do Ferro ou sítios com ocupação romana, castelos medievais, mas também igrejas/capelas, engenhos de água e pesca. É um vasto universo, do qual daremos conta ao longo deste ponto 3.

Foi possível organizar estes dados consoante o tipo de informação que caracterizam os sítios arqueológicos, nomeadamente algumas indicações que permitem a localização geográfica e topográfica, ou as designações dos sítios, que estão intimamente relacionados com a toponímia. Um outro aspeto analisado consiste na descrição dos vestígios, tal qual figuravam na época em que foi redigida a obra publicada. O estado de conservação das diferentes materialidades é uma das observações que aparece nos diferentes textos. Por fim, as interpretações ou explicações para aquilo que é observado pelos habitantes das diferentes localidades e que é reportado pelos diversos autores, cujas obras se analisam neste trabalho. Nas obras consultadas destacam-se as referências aos Mouros, designadamente na toponímia ou na tradição oral associadas aos sítios.

**3.1. Algumas indicações geográficas e topográficas**  
Segundo o Padre António Carvalho da Costa “A Villa de Nomão dista huma legoa da Villa da Horta para o Norte, seis da de Pinhel para o Nordeste,

& outras tantas da de Trancoso para o Noroeste: está fundada em sítio muy alto, & forte, & por isso muitos lhe chamão Monforte; pela parte do Norte a cerca o rio Douro, & pela do Nascente a ribeira de Teja (...)” (Costa, 1708: 305/306). Em relação ao Alto da Cotolinha (cns 692) “Samfins da Castanheira [Chaves], (...) / há tambem nesta ribeira no termo da quinta de Parada desta freguezia huma / fortaleza Com Seus muros muytos ja derubados Chamada por Seu nome o Castro / que por tradiçã dos antigos Se dis foy habitação dos Mouros (...)” (Oliveira, 2006: 441). Segundo as Memórias Paroquiais, em Algosó, Vimioso: “Não hé Praça de Armas esta villa, mas tem hum castelo [Castelo de Algosó], por sima della, que dizem ser manufactura dos Mouros, edificado na iminencia de hum rochedo (...)” (Capela *et al.*, 2007: 71).

#### 3.2. As designações dos sítios arqueológicos

Através da análise da documentação histórica é possível compreender de que forma os vestígios arqueológicos eram identificados e designados pelas pessoas no século XVIII, XIX e XX. O ato de nomear um sítio, dar-lhe um nome, acabou por se cristalizar sob a forma de um topónimo. Esses topónimos, que ficaram registados pelos diferentes autores analisados, permitem-nos chegar a determinadas conclusões, que iremos abordar de seguida.

Existem referências às designações populares de *antas*, *orcas*, *arcas*: “O nome de Antas [de Penalva] parece se tomou das muitas que há por esta terra, (...) vemos muitas em outras partes deste Reino, principalmente na Provincia da Estremadura, e na do Alentejo no território de Évora. Parece se derivou este nome da palavra Latina *antrum*, a cova” (Cardoso, 1747: 503). Relativo a Canas de Senhorim “Há por aqui vários montes de pedras com umas lajes em cima, de bastante largura; chamão-lhe Orcas, (...)” (Cardoso, 1737-1751: 405). Sobre Arca, Lafões, Viseu: “Há junto da Igreja uma mesa, ou altar, (...) os moradores lhe chamam Arca, que sem dúvida é corrupto de Ara, e deste feitio há outras muitas em toda a Provincia da Beira, a que dão o nome de Antas, (...)” (Cardoso, 1747: 520).

São vários os exemplos de “Castelos” ou “Castelos Velhos”, muitos deles construídos pelos “Mouros”. Em Adeganha, Torre de Moncorvo, sobre o Castelo dos Moiros (cns 5461): “No limite desta Freguesia há um monte a que chamam Castelo Velho, povoado de arvoredos silvestre; (...)” (Cardoso, 1747: 51).

Em S. João da Folhada [Marco de Canaveses] “(..) pôde[-se] visitar perto do Arco o *Castello dos mouros*, onde se notam vestígios de casa e onde, além de cerâmica antiga, apareceu já um machado de pedra, (..)” (Vieira, 1887: 489).

A partir da análise das fontes, nomeadamente das Memórias Paroquiais de 1758, são inúmeras as referências aos Mouros, que também estão presentes nos artigos dos finais do século XIX do *Arqueólogo Português*, nomeadamente para a região de Trás-os-Montes, onde detetamos várias menções às *Casas, Fornos e Castelos dos Mouros*. José Leite de Vasconcelos (1895: 15-16) fala no *Dólmen do Forno dos Mouros* e da Portella com esse mesmo nome. O Padre José Augusto Tavares (1885: 129) refere-se à *Cabeça do Mouro e à Pala da Moura* (Dólmen de Vilarinho). O Padre Rafael Rodrigues (1885: 348) refere-se ao *Castelo dos Mouros e ao Crasto dos Mouros*. O Padre Oliveira Guimarães (1886: 85) menciona o *Forno dos Mouros* (em Paços de Ferreira).

*Habitação, castelo, moradia, cidade, mina ou cova dos Mouros são elementos comuns entre estes excertos*. Exemplo disso é o sítio das Covas/Fornos dos Mouros (cns 19079) Santalha, Vinhais: “Discrição do lugar de Gestosa, e seu termo – 17. Não Consta que de Suas Areas Se tirasse ouro ou prata e / Somente nas margens delle ha Cauernas Antiguas que dizem / foraõ minas dos mouros Como he no Sitio de ual de uieiro ter / mo de Santa Alha” (Oliveira, 2006: 210). Em determinadas situações, a utilização destas designações (casa ou forno dos Mouros) impediu a articulação dos dados de alguns artigos publicados no *Arqueólogo Português*, por exemplo, com alguns dos sepulcros do Alvão e com os nomes atuais que lhes foram atribuídos, como é o caso desta referência a uma anta em Vila Real: “Junto ao caminho vicinal de Sangunhedo a Gache, na planura contínua à Veiga» (..) «vê-se uma anta já devassada, conhecida pelo nome de «Forno dos Mouros», reduzida a parte da mamoa, a 5 esteios de 2,10m de altura, de espessura e largura variáveis; a abertura da galeria, orientada a NO-SE cuja exploração limitada à câmara não produziu coisa alguma» (Botelho, 1896b: 164).

José Leite de Vasconcelos cita Simão Rodrigues Ferreira a propósito do “(..) monumento de Forno de Mouros [Dólmen da Portella (Santa Marta), cns 785], sito no lugar da Portella, pela parte de cima da ponte de Santa Martha [Penafiel]. Pela semelhança com um forno, denominam-no Forno de Mouros, e consta de quatro grandes e toscas pedras levantadas ao alto,

sobre as quaes pousa uma enorme lage” (Ferreira, 1864 *apud* Vasconcelos, 1895: 16).

Estes são apenas alguns exemplos, aos quais podemos acrescentar os dados apresentados pelo Abade de Baçal no tomo X da sua obra *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*: “Diz-se que um mouro á instancia de um christão encantara as viboras deste sitio [Cabeça de Mouro, concelho de Moncorvo], para que não tivessem veneno e que o christão junto da fonte do lugar lhe cortara a cabeça, para que não as desencantasse; deste facto dizem tomara este lugar o nome de Cabeça de Mouro. Isto afirma a tradição (..)” (Alves, 2000 [1934]: 140-141). Por vezes, as explicações variam num mesmo local: “E que havendo de beber na dita fonte, o christão dolosamente persuadira o mouro a que o fizesse primeiro e que fazendo-o e abaixando-se para isso, lhe cortara a cabeça com um treçado, de cujo sucesso ficara áquella fonte com o nome de Fonte de Cabeça de Mouro, e que povoando-se depois o lugar, que ali ha, se chamara pela mesma rezam Cabeça de Mouro” (Alves, 2000: 117).

Mas um sítio arqueológico pode não ter apenas uma designação. Existem dados que apontam para os vários nomes pelos quais um local era conhecido pelas populações. Vejamos alguns exemplos: “A povoação de Algosinho, (..), assenta na encosta da ribeira de Algosinho, coisa de seiscentos metros acima do Castelo do Mau Vizinho, também chamado Castelo dos Mouros, ou simplesmente Castelo, (..)” (Alves, 2000: 107).

“A nordeste de Bousende, concelho de Macedo de Cavaleiros, coisa de um quilómetro do povo, no cume de um cabeço, coroado por uma longa fiada de fragueiros graníticos, chamados da Pena Mourisca, que marcam a divisória entre termos de Bousende e Soutelo Mourisco, que fica a Fraga do Berço, também dita Sino dos Mouros e ainda Embanadouro” (Alves, 2000: 124). Através da descrição do Abade de Baçal ficamos a saber que no concelho de Macedo de Cavaleiros existe um sítio designado por Fraga do Berço/Sino dos Mouros/Embanadouro. Este autor apresenta uma explicação para a sua designação: “(..) entre dois blocos da mesma natureza, cobertos por outro em forma de túnel, que vão terminar numa espécie de plataforma ou patamar de escada, onde assenta, apoiada em dois pontos, a pedra baloiçante, que terá de comprimento um metro e de espessura menos de meio. Oscila a um pequeno impulso, inclinando-se para um e outro lado, mas colocando-

-se um homem em cima dela e calcando alternadamente ora com o pé direito ora com o esquerdo, produz tão grande som que dizem ouvir-se em Ferreira, povoação distante dez quilómetros, de onde vem, segundo a lenda, que essa pedra oscilante foi um sino primitivo dos cristãos que, não podendo utilizar os de metal, se serviam dele para chamar os fiéis a oração, sem despertar a perseguição dos mouros” (Alves, 2000: 125). Neste sítio da Pedra Baloiçante (cns 23774), segundo a informação existente do Portal do Arqueólogo: “(..) detetou-se uma espécie de abrigo feito por uma fraga de granito que sobrepõe outras duas, associado a uma figura de um sino. No interior “(..) verificou-se um conjunto de fossetes a cerca de 1,70 m da base da pedra, com uma dispersão métrica de 0,60 por 0,90 m” (PA-DGPC, 2017).

Por último, gostaríamos de salientar a existência de designações associadas a Santos/Santas e neste caso em particular a “Nossa Senhora”: Senhora do Castelo (cns 1512) Adeganha, Torre de Moncorvo: “(..) No sítio, em que hoje se acha a Senhora do Castelo, dizem que houvera antigamente uma grande cidade, cujo nome se ignora, da qual ainda se descobrem parte dos seus muros arruinados” (Cardoso, 1747: 51).

### 3.3. A descrição dos sítios arqueológicos

A análise dos excertos torna possível a identificação de vestígios que subsistem, hoje em dia, em muitos destes sítios, permitindo aferir o grau de “destruição” a que foram sujeitos nos últimos 270/250 anos. Observa-se que o volume e a densidade das estruturas seria mais elevada do que nos tempos atuais. Em 250 anos deu-se a destruição dessas estruturas ou a sua ocultação na paisagem. Vejamos, com algum pormenor, alguns destes casos.

Sobre as Antas “as quais constão de duas pedras, uma delas que serve como de pés, e outra em cima como mesa” (Cardoso, 1747: 503); são “(..) uma mesa, ou altar, que consta de três pedras ao alto, e de uma grande laje, que tem quinze palmos de vão, e vinte de comprimento, a qual corre sobre as três, que estão levantadas (Cardoso, 1747: 520); “Há por aqui vários montes de pedras com umas lajes em cima, de bastante largura; (..)” (Cardoso, 1737-1751: 405). Fizemos corresponder as descrições de alguns sítios arqueológicos presentes nas Memórias Paroquiais a povoados murados pré-históricos, povoados fortificados da Idade do Ferro, ou locais com ocupação romana, dos quais apresentamos apenas alguns exemplos.

Segundo o Padre Luís Cardoso “A serra que entra nesta freguesia [Bouzende] chama-se Penha Mourisca, que tem uma legoa de comprido, e outra de largo, habitação antiga dos Mouros, na qual se achão os vestígios de moradias deles, feitos de pedra, e cal; junto da mais alta Penha se acha um letreiro com letras Mouriscas, que não se podem ler, nesta terra se tem achado variedade de instrumentos, como são, martelos, argolas, e outras coisas, que mostram ter sido povoação antiga” (Cardoso, 1737-1751: 244). No sítio da Pena Mourisca, Espadanedo (Macedo de Cavaleiros, cns 2018) existe um povoado fortificado da Idade do Ferro de grande altitude, localizado no ponto mais alto da serra de Bouzende, onde se localiza o marco geodésico da Pena Mourisca. É visível uma linha de muralha, bastante destruída, assim como material cerâmico (PA-DGPC, 2017).

Ainda segundo este Dicionário “(..) a Igreja Paroquial dedicada a N.S. da Ribeira, é um templo de uma só nave, e antiquíssimo, e diz ser do tempo dos Romanos: é Abadia do Padroado Real, de que este lugar é Cabeça. Está fundada em sítio plano, junto a um cabeço, onde se descobrem vestígios de muralhas, e segundo mostram escaças reliquias, e monumentos, foi uma grande povoação em tempos antigos. Achão-se espalhadas pelos campos algumas pedras soltas, com vários sinais, e letreiros, e pedaços de argamassas de tijolo enterrados, que com pouca diligencia se descobrem, e estão indicando, que fora antigamente habitado este sítio” (Cardoso, 1737-1751: 238). Neste caso, descrevem-se a Igreja e o povoado fortificado de Nossa Senhora da Ribeira [cns 4309 e o Cabeço de Nossa Senhora da Ribeira / Gravuras rupestres de Lampaça, cns 4308, Bouçoais, Valpaços], com ocupações da Idade do Ferro, romanas e medievais. Existem numerosos materiais à superfície indicando uma ocupação contínua da Idade do Ferro, da época romana e da Idade Média, para além de vários tipos de construções, tanto no interior como no exterior do recinto, nomeadamente a igreja de Nossa Senhora da Ribeira e a torre sineira. Há ainda “um conjunto de rochas com abundantes gravuras, e com indícios de terem sido cobertas com estruturas, pois apresentam buracos de poste” (PA-DGPC, 2017).

“No Monte Meão, junto ao rio Douro, há vestígios de um grande castelo, chamado Castelo Velho e nas suas ruínas se divisam nele 2 portas, uma para Nascente e outra para Sul e dizem que foi dos mouros” (Sousa, 2013: 770); “Seixos. No cabeço que chamam

de São Martinho, ao pé da capela do mesmo santo, está um penhasco de Seixos que parece hum castelo, e só por uma parte se pode lá subir, que é por feito de uma escada, e no cimo tem uma planície, donde podem estar mais de trezentas pessoas, e para a parte do Poente tem uma grande distancia de altura” (Sousa, 2013: 771). Ainda hoje, tanto no Castelo Velho de Monte Meão, como no Castelo Velho de Seixas, podem observar-se os seus panos de muralha. No primeiro caso é “visível uma longa linha de muralha composta por blocos aparelhados”, no segundo “são visíveis os vestígios de panos de muralha derrubados compostos por pedra não afeiçoada em granito” (PA-DGPC, 2017).

Um dado interessante prende-se com o grau de pormenor com que alguns destes sítios foram descritos, que é variável. A par de descrições mais extensas ou ricas em pormenores, como o Castro de S. Brás (Torre de D. Chama, Mirandela, cns 192): “(..) O Castello, ou Torre está demulido, Somente pouCo mais de huma parte tem parede de altura de quinze palmos pouco mais ou menos, e das outras partes, nem tam ja parede alguma. Ahinda ha naquella uilla os Elicerses de Cazas (...)” (Oliveira, 2006: 515), existem descrições muito sucintas, sendo que, certamente, esta situação estará relacionada com o autor do texto. Para alguns dos padres encarregados de responder às perguntas do inquérito estes vestígios antigos mereceriam maior atenção e interesse do que para outros.

São referidos lugares onde, hoje em dia, se detetaram vestígios do Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro, ou ocupações romanas, mas não é raro as descrições referirem-se aos vestígios medievais aí existentes, mais expressivos do que os vestígios de períodos mais antigos.

Os castelos medievais aparecem igualmente referidos nestes excertos, com informação sobre a sua arquitetura e dados históricos. Vejamos dois excertos relativos ao Castelo de Marialva e ao Castelo de Numão: “(..) Huma legoa de Langroiva para o Sul, & tres de Trancoso para o Norte, em sítio alto com forte Castello murado todo de cantaria com quatro torres, huma de Relogio, & quatro portas, está situada a nobre Villa de Marialva, que fundarão os Turdulos muitos annos antes da vinda de Christo. Foy antigamente Cidade, chamada Aravor, no tempo dos Emperadores Trajano, & Adriano, como consta de huma pedra, que se achou na Casa dos Alcaydes mores desra Villa, que me mostrou Diogo Cardoso

de Sá. (...)” (Costa, 1708: 308); a “[A Villa de Nomão] Tem hum soberbo castello com quinze torres, murado todo de cantaria, & huma torre com seu Relogio. Mandou-a povoar pelos annos de 1130 hum grande figalço chamado D. Fernão Mendes de Bragança, o qual lhe deo foral, (...)” (Costa, 1708: 305/306).

As referências a vestígios arqueológicos não se esgotam nos exemplos expostos anteriormente. Pedro A. Azevedo destaca o registo, nas Memórias Paroquiais, de algumas azenhas do Vale do Ave, assim como descreve com pormenor um engenho de pesca, dados que nos permitem traçar um retrato do rio Ave em meados do século XVIII: “415. Ribeirão (Entre-Douro-e-Minho). Engenho de pesca. “(..) corre o rio Ave de Nascente a Poente no distrito desta freguzia sam as suas margens cultivadas: tem tres azenhas de moer pam com suas (sic) açudes: no distrito dos meeyros tem duas: na ultima está o celebre engenho de pescar peixes que he feito de coatro hastas de ferro como braços de sarilho, tendo na ponta de cada hua pendente para a parte aonde deita os peixes hum cestinho feito com rede de arames; he tangido pela mesma agoa da corrente: foi invento do Padre Bras da Silva Tavares, senhor da mesma Azenha (...)” (Azevedo, 1902: 27).

#### 3.4. O estado de conservação dos vestígios arqueológicos

A povoação de Ranhados, Mêda: “Não é murada, só tem um castelo antigo no alto da vila para a parte do Poente, mas já arruinado” (Sousa, 2013: 761). “E outro castelo distante desta terra (Alcarva), também antiquíssimo, em muito mau estado por razão de estar quase todo arruinado, (...)” (Sousa, 2013: 761). Talvez algum destes locais seja o Castro de São Jorges (cns 19378), que se encontraria em mau estado de conservação. Em Almendra, na Mêda, no sítio de Calábria/Monte do Castelo (cns 1649) “(..) hoje se chama de Castelo de Calabre. E consta pelos Concílios Provinciais ter também sido capital de um bispado; hoje está absolutamente deserto e só se lhe conhece o alicerce dos muros (...)” (Sousa, 2013: 770). Penas Róias, Mogadouro (cns 15919): “Tem castello, que hé antiquissimo, cujos muros estão arruinados, que eram de pedra de seixo bruto, pedra que não pode ser lavrada e tem huma torre antiquissima, que ainda está bem segura e fabricada do mesmo seixo bruto” (Capela e Borrallheiro, 2007: 70). Ao contrário do ar de ruína da maior parte dos sítios, esta torre “ainda está bem segura”.

“Na Memória desta paróquia observamos que nas questões 22 e 23 que nam constam antiguidades dignas de memoria, supposto há tradição que houve no sitio de Sam João de Valinhas que hé da freguezia de Sancta Eulália hum castello que fora dos Mouros, mas dele não há vestígio algum” (Sousa, 2011: 916). O Castro do Monte Valinhas (cns 3321) é um povoado fortificado que se situa em Santa Eulália (Arouca). Ao contrário do que se encontra escrito nas Memórias Paroquiais, existem numerosos vestígios das suas diversas ocupações, tanto do castro da Idade do Ferro, da romanização do castro assim como da instalação de um castelo roqueiro no topo do monte “que parece ter resistido até finais do século XII ou inícios do século XIII” (PA-DGPC, 2017).

Por último, reproduzimos as palavras de Alexandre Herculano a propósito do Castelo de Faria, em Barcelos: “A breve distancia da villa de Barcellos mas faldas do Franqueira, alveja ao longe um convento de Franciscanos. (...) O monte se alevanta ao pé do humilde convento. O castello de Faria com as suas torres e ameias, com sua barbacã e fosso, seus postigos e alçapões dentados, campeou ahi como dominador dos valles visinhos. Castello feudal da meia idade, (...) ainda no seculo dezesete parte da sua ossada estava tombada por aquellas encostas; no seculo seguinte já nenhuns vestigios d'elle restavam, segundo o testemunho de um historiador nosso. (...) Serviram os fragmentos do castello de Faria para construir o convento edificado no sopé do monte. (...)” (Herculano, 1838: 93/94). Atualmente, o Castelo de Faria (cns 212) é um sítio arqueológico com vestígios de uma ampla diacronia: “tem três linhas de muralhas com construções e materiais de diversas épocas, desde o Bronze Final até aos finais da Idade Média” e congrega vestígios de vários tipos (PA-DGPC, 2017).

### 3.5. As interpretações/explicações

Os sepulcros megalíticos eram interpretados como altares ou mesas onde se realizavam rituais: “Há junto da Igreja uma mesa, ou altar (...) e se entende que eram os altares em que os Gentios faziam os seus sacrificios” (Cardoso, 1747: 520); ou ainda “(...) dizem os moradores serem do tempo dos Mouros, e que sobre elas queimavam os dízimos” (Cardoso, 1737-1751: 405).

Outra prática comum era a procura de tesouros, que levava muitas das vezes à destruição dos vestígios arqueológicos pelas populações. Segundo Henrique

Botelho algumas antas “foram devassadas pelos lavradores de Sangunhedo [Vila Real], para aproveitarem as pedras, ou para descobrirem tesouros de “Mouras encantadas” (Botelho, 1896b: 165). Segundo Santos Júnior existem dois berrões em Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo), “(...) na cêrca murada do monte de Santo André, dum lado e do outro de um portão de ferro que fecha o caminho que leva à capela (...). Trata-se de facto de dois porcos, embora o vulgo considere um deles como touro. Tanto assim que corre em Almofala a crença de que no monte de Santo André há um grande tesouro, crença expressa do seguinte modo: No monte de Santo André, entre o porco e o touro, há um grande tesouro do rei mouro” (Santos Júnior, 1975: 399). Os Mouros e Mouras são, em muitos casos, os grandes protagonistas destas histórias, como tivemos oportunidade de o demonstrar ao longo das últimas páginas.

Estes locais com evidências arqueológicas teriam algum tipo de encantamento, tal como foi descrito pelo Padre António Cardoso sobre o Cachão da Rapa, em Carrazeda de Ansiães: “(...) Neste mesmo sítio onde chamam as Letras, está uma grande “lage” com certas pinturas de negro, e vermelho escuro quase em forma de xadrez, em dois quadros com certos riscos, e sinais mal formados, que de tempo imemorial se conservão neste penhasco. Dizem os naturais, que estas pinturas se envelhecem umas, e se renovam outras, e que guarda esta pedra algum encantamento; (...) porque querendo por vezes algumas pessoas examinar a cova, que se oculta debaixo, foram dentro mal tratadas, sem ver de quem” (Cardoso, 1747: 469). José Leite de Vasconcelos acrescenta a seguinte informação, a partir dos dados de Jerónimo, Contador de Argote: “O local do penedo chama-se *As Letras*. O povo procura sempre explicar e caracterizar os objectos que lhe parecem raros: d’aqui o considerar os signaes como «letras», e revestir de uma lenda o penedo. (...) O povo, no século XVII, acreditava que ahi havia tesouros encantados, (...). Em 1687, na manhã de S. João, o Padre Domingos Mendes, «para desengano dos que dizem existir alli um grande thesouro escondido», vestiu-se de sobrepeliz e estola, tentou penetrar dentro do monumento, mas, cresce Argote, «ao entrar na sala interior, se encheo de tanto medo, e sentio hum cheiro tão fetido, que ficou tremulo, e insensato, e a poucos dias lhe cahirão os dentes, nem falou mais, de sorte que se entendesse bem». (...)” (Vasconcelos, 1897: 360-362). Existe uma diferença de 51 anos entre o texto de Contador

de Argote, em 1738 e a data de 1687, em que refere as peripécias do Padre Domingos Mendes. Não deixa de ser interessante o facto de haver referência ao ano em que se relata o episódio do Padre.

Temos ainda os machados polidos, que são interpretados como *pedras de raio* com poderes para afastar os raios nos dias de trovoada: “Os machados de pedra, (...) foram por muito tempo consideradas, não como productos da industria humana, mas como effeitos miraculosos da cholera dos deuses ou resultados incompreensíveis das forças naturaes. O vulgo chama-lhes ainda hoje *pedras de raio*, como em Grecia e Roma lhes chamavam *ceraunias*. (nota 1. Ceraunia, de Keraunos, raio). E, também como os povos modernos, os gregos e romanos lhes atribuíam virtudes mysteriosas e curativas (Simões, 2006 [1878]: 2).

Martins Sarmento, a propósito da sua Expedição Científica à Serra da Estrela, em 1881, faz referência às lendas dos gafanhotos ou formigas, que levavam à destruição ou ao abandono de determinados povoados, fazendo com que os habitantes fossem procurar um novo lugar onde construir as suas aldeias/cidades: “Nenhuma tradição colhemos acerca destas povoações arruinadas. Apenas do Castro de Alfátima conta a legenda ter sido destruído (sic) por uma invasão de gafanhotos e de formigas. De resto, como nas nossas outras províncias, os monumentos antigos são aqui atribuídos aos mouros. A lenda de uma cidade destruída por gafanhotos repete-se noutras ruínas próximas de Pinhel” (Sarmento, 1990: 8).

A propósito da igreja de Folhada, no Marco de Canaveses, o excerto do *Minho Pitoresco*, em 1887, refere a possibilidade de visitar “(...) o grupo de sepulturas antigas que existe na igreja velha, ou analisar o estylo architectonico da igreja chamada nova, que aliás é antiga também, como o demonstra a sua porta travessa, e a lenda da sua construcção, que diz ter sido fundada a tres kilometros de distancia, por causa de um sino brincalhão e endiabrado, que todas as noites fugia para os penedos da Sobreira” (Vieira, 1887: 489). Novamente, uma lenda a explicar a existência de uma igreja velha e uma igreja nova, porém, neste caso, não eram os gafanhotos nem as formigas a levar ao abandono do local, mas um sino, endiabrado, que escolhia o sítio onde deveria ser construída a nova igreja.

A porca de Murça, que sabemos ser um berrão da Idade do Ferro, teria sido mandada construir, segundo Pinho Leal, como monumento comemorativo,

para celebrar o facto do Senhor de Murça ter livrado a terra do animal que aterrorizava as populações:

“No meio da praça da villa, e em frente da camara, se vê um môno de pedra, que tanto pôde ser um porco, como um urso, hipopotamo ou elefante. É a *porca de Murça*. Segundo a lenda, era no século VIII, esta povoação e seu termo, assolados por grande quantidade de ursos e javalis. Os senhores da villa, secundados pelo povo, tantas montarias fizeram, que ou extinguiram tão damninhas feras ou as escorraçaram para muito longe. Mas, entre esta multidão de quadrupedes, havia uma porca (outros dizem uma ursa) que se tinha tornado o terror dos povos, pela sua monstruosa corpolencia, pela sua ferocidade, e por ser tão matreira, que nunca podia ter sido morta pelos caçadores. Em 757, o senhor de Murça, cavalleiro de grandes forças e não menor coragem deedi matar a porca, e taes manhas empregou que o conseguiu; libertando a terra de tão incommodo hóspede. Em memória d’esta façanha, se construiu o tal monumento, alcunhado a *porca de Murça*, e os habitantes da terra se comprometteram, por si e seus successores, a darem ao senhor, em reconhecimento de tão grande beneficio, para elle e seus herdeiros, até ao fim do mundo, cada fogo 3 arrateis de cêra, annualmente, sendo pago este fôro mesmo junto à *porca*” (Leal, 1875: 591).

Em meados do século XVIII, existem relatos da recolha de pedra, nos sítios arqueológicos onde esta se encontra disponível, para a construção de casas e povoações, tal como acontece no Castelo dos Mouros (cns 5461) Adeganha, Torre de Moncorvo: “(...) e no mais alto dele está muita quantidade de pedra, que parece ser ruina de alguma antiga fortaleza; e dizem que era um castelo de Mouros. Deste monte se arrancam boas pedras de cantaria, que são procuradas de terras muito distantes pela sua boa qualidade (Cardoso, 1747: 51).

As Memórias Paroquiais permitem-nos ainda conhecer em que capelas se mantinham determinados cultos, festas e romarias à data do Inquérito. Por exemplo, na Serra de Santa Justa, em Valongo, “Na primeira oitava do Espírito Santo Acode a ela [Capela de Santa Justa] povo de muitas freguesias, principalmente desta de Valongo, de Fânzeres, de Campanhã e de S. Cosme, cujos moradores são obrigados por voto a irem no referido dia com as procissões de suas respectivas igrejas à capela da mesma santa” (Capela *et al.*, 2009: 307). Ecos desta prática mantiveram-se até cerca de 1970, com os moradores

de S. Pedro da Cova a irem, no dia da festa, a pé até ao sítio da capela, merendar em família. Ainda se realiza a festa e romaria de Santa Justa, mas, hoje em dia, com menores dimensões.

### 3.6. Dificuldades

Apesar do proveitoso contributo que análise da documentação histórica nos pode dar para a pesquisa arqueológica, não está isenta de dificuldades. Nem sempre é fácil a tentativa de correlacionar os sítios arqueológicos conhecidos e inventariados, atualmente, com os dados que estas obras nos proporcionam. A existência de vários Castelos dos Mouros no mesmo local, ou a utilização de novas designações, dificulta o processo de cruzamento de dados.

Por exemplo, não existe inventariado nenhum sítio designado de Fraga da Moura no concelho de Bragança, segundo o Portal do Arqueólogo. Segundo o Abade de Baçal, “a norte de Carocedo, na confluência da linha de água que vem do termo desta povoação e de Faílde com a ribeira de Penacal, fica a Fraga da Moura, que tem uma caverna onde cabe um rebanho de gado, isto na margem esquerda do Penacal e na margem direita, logo em frente, há restos de fossos e muralhas de pedra solta” (Alves, 2000: 146). No entanto, as Grutas de Penacal (cns 5594) em São Pedro de Sarracenos, Bragança, podem corresponder ao sítio referido por Francisco Alves: “No local designado de Penacal, onde até algumas décadas atrás se efectuou a extracção de cal, existem pelo menos quatro grutas que revelam algumas concreções calcárias. Em nenhum dos casos foi detectado qualquer vestígio de ocupação (...)” (PA-DGPC, 2017). Estes são apenas alguns exemplos das dificuldades com que nos deparámos no decorrer da nossa pesquisa.

## 4. NOTAS FINAIS

Para o trabalho que nos encontramos a desenvolver, com o propósito de perceber de que forma as diferentes comunidades foram apropriando os vestígios arqueológicos, nomeadamente entre os sécs. XVIII e XX, a análise da documentação histórica revela-se uma excelente fonte de informação, pois comporta um conjunto de dados que, como verificámos, permite ao arqueólogo estabelecer um conjunto de relações aos mais diversos níveis, entre os vestígios arqueológicos e as arquiteturas dos sítios, a toponímia e a tradição oral.

“Eram construções realizadas pelos Mouros”, as an-

tas “eram os altares em que os Gentios faziam os seus sacrifícios”; “foi uma grande povoação em tempos antigos”; “os Antigos dizem eram Castellos dos Mouros”; “Dizem os naturais, que guarda esta pedra algum encantamento”; “vestígios de la abitarem os Mouros”; “Tem castello, que hé antiquíssimo”; “Consta por tradição que ouvera/assistencia de Mouros”. A partir destes exemplos foi-nos possível perceber, em primeiro lugar, que alguns topónimos podem resultar das interpretações que as comunidades fazem dos vestígios arqueológicos, cujas explicações podem dar origem à criação de lendas. A arquitetura dos sepulcros megalíticos, por exemplo, fez com que eles fossem interpretados como casas, fornos, etc. Mas, para além disso, não era apenas uma casa qualquer, era a *Casa da Moira*, a *Casa dos Galhardos*, o *Forno do Moiro*, ou a *Pedra dos Mouros* (Vasconcelos, 1897: 257).

Em relação aos topónimos de natureza antropocultural (Vieira, 2016), detetamos um tipo de topónimos muito comum nos sítios arqueológicos: os Hierotopónimos (crenças diversas) distribuídos por Hagiotopónimos (nomes de santos) e Mitotopónimos (entidades mitológicas). Essencialmente, neste contexto, destacam-se os Mitotopónimos. Já em finais do século XIX, José Leite Vasconcelos explicava-nos o seguinte a propósito das antas, “(...) noutras regiões o nome comum esqueceu-se também, mas os monumentos receberão novos nomes, tirados quer do seu estado actual, como *Os Padrões* (em Mangualde), quer das novas crenças, como *Casa dos Galhardos* (...). É sabido que *Galhardo*, de *galhardo*, significa «Diabo» na linguagem popular de certas localidades, *Casa da Moira* (passim), *Forno do Moiro* (Penafiel), etc.; (...) Quem estuda metódicamente as etymologias e as tradições populares não acha estranho que se dêem estas mudanças de nomes, e se fação estas adaptações de lendas” (Vasconcelos, 1897: 26 nota 1).

A consulta e análise deste tipo de documentação é a primeira fase do nosso projeto de investigação, que pretende demonstrar que algumas das crenças populares associadas a vestígios antigos, podem ter persistido ao longo dos tempos, num determinado espaço geográfico, através da toponímia e/ou da tradição oral, neste caso, em particular, a partir das lendas. Em suma, procuramos estudar a relação entre os mitotopónimos, os vestígios arqueológicos e as crenças populares. Foram aqui apresentados vários exemplos de que determinados tipos de vestígios

arqueológicos estão associados a determinado tipo de lendas: i) as pedras de raio, que se encontram associadas, maioritariamente, a machados de pedra polida, enxós e etc. e protegem dos raios e coriscos; ii) as lendas que explicam o abandono de determinadas povoações e a sua fundação noutra local. O motivo pode ser uma praga de gafanhotos ou formigas, um sino ou a imagem de uma santa ou santo que insiste em desaparecer e reaparecer noutra local, entre outras explicações; iii) As Mouras, assim como as pedras encantadas, que escondem tesouros; iv) E os Mouros. Tudo o que é antigo é do tempo dos Mouros, foram eles os arquitetos daquelas construções e povoações antigas. As referências aos Mouros surgem-nos em grande número e parecem ser bastante expressivas. No Portal do Arqueólogo existem 560 sítios que possuem na sua designação uma palavra associada aos Mouros, embora este número não será reflexo da realidade, atendendo a que muitos sítios arqueológicos perderam a sua designação original. Estas são apenas algumas considerações a partir da análise da documentação histórica. Algumas dúvidas persistem no nosso horizonte: terão os topónimos e alusões aos Mouros subsistido na toponímia e na tradição popular, desde um momento que não sabemos precisar, mas pelo menos desde 1706 até aos finais do século XIX? Ou terão os arqueólogos dos finais do século XIX, influenciados pela análise das *Memórias Paroquiais*, reproduzido essas designações nos seus trabalhos? Por quanto tempo terão permanecido estes elementos mouriscos na toponímia e tradição popular?

A realização de trabalho de campo e entrevistas às pessoas mais idosas de determinadas localidades, hoje em dia, ainda é profícua na recolha destas lendas e destas explicações (Vieira, 2013). Parece haver um processo paralelo de manutenção destas tradições, visto que os diversos intelectuais registam-na, pelo menos a partir dos inícios do séc. XVIII, e as diferentes comunidades, peçadas de homens e mulheres iletradas, continuam a reproduzir aos seus descendentes as histórias contadas pelos “antigos”, do que se tinha passado no “antigamente”, no tempo dos Mouros. Eis algumas linhas de pesquisa a serem desenvolvidas futuramente.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, F. M. (2000 [1934]) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo X – Arqueologia, Etnografia e Arte. Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal.

ANTT – Memórias Paroquiais de 1978. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4238720> (Consultado a 29 de dezembro de 2014).

AZEVEDO, P. A. (1902) – “Extractos archeologicos das ‘Memorias Parochiaes de 1758’”, *O Archeologo Português*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. VII. pp. 27-32.

BOTELHO, Henrique (1896) – Dolmens no concelho de Villa-Real. In *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Ethnographico Português. S. 1, vol. 2, n.º 12 (Dez. 1896), pp. 164-167.

CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério; MATOS, Henrique; OLIVEIRA, Carlos (2007) – *As freguesias do Distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. [Braga]: J.V.C. Vol. 4.

CARDOSO, L. (1737-1751) – *Dicionário Geográfico ou Notícia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real. Tomo II.

CARDOSO, L. (1747) – *Dicionário Geográfico ou Notícia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real. Tomo I.

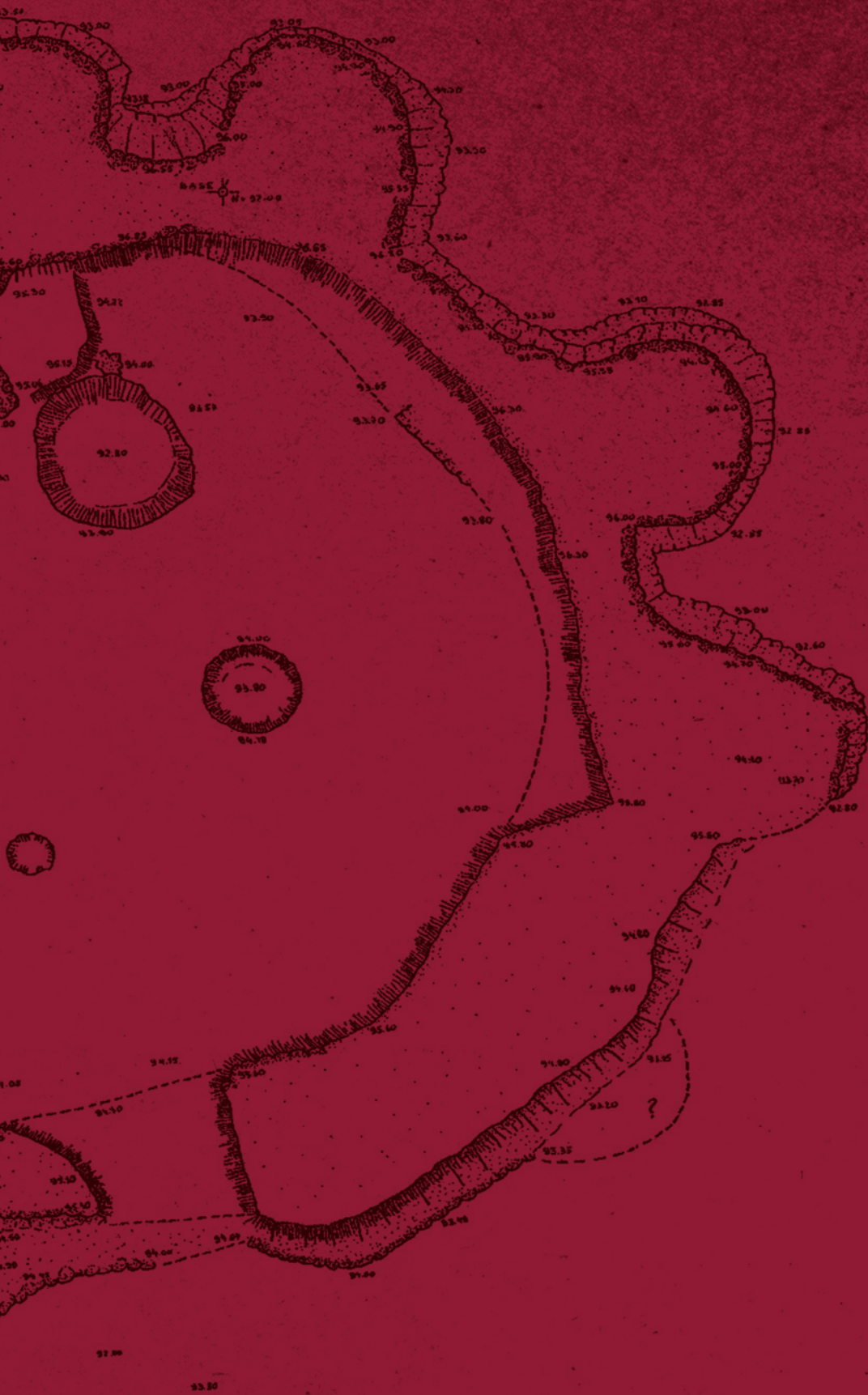
COSTA, António Carvalho da (1708) – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiquidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Tomo primeyro [-terceyro]. Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso.

GUIMARÃES, O. (1896) – Explorações arqueológicas em Paços de Ferreira. In *O Archeologo Português*.

HERCULANO, Alexandre (1838) – O Castello de Faria. In *O Panorama. Jornal litterario e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*. Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. N.º 47.

LEAL, Augusto Soares d’ Azevedo Barbosa de Pinho; FERREIRA, Pedro Augusto (1875) – *Portugal antigo e moderno: dicionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira.

- OLIVEIRA, C. P. (2006) – *A Diocese de Miranda do Douro em meados do séc. XVIII Segundo as Memórias Paroquiais de 1758*. Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais. 2 vols.
- PORTAL DO ARQUEÓLOGO [em linha] Direção Geral do Património Cultural. 2017. Disponível em: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>.
- RODRIGUES, R. (1895) – Dolmens ou antas de Villa Pouca de Aguiar. In *O Archeologo Português*, 1 (12), Lisboa, pp. 346-352.
- SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1975) – A cultura dos Berrões no Nordeste de Portugal. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. XXII-fasc. 4, Porto: Instituto de Antropologia Dr.º Mendes Correia.
- SARMENTO, F. M. (1990) – Expedição Científica à Serra da Estrela. In *Revista de Guimarães*, n.º 100. pp. 299-339. Disponível em: [www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG100\\_10.pdf](http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG100_10.pdf).
- SERENO, Isabel; DÓRDIO, Paulo (1994) – Povoado do Castelo de Faria / Ruínas do Castelo de Faria e estação arqueológica subjacente. In IHRU/SIPA. (em linha). IHRU - IPA.00001104; Fotografia SIPA. DES. 00006230 [consultado em junho 2017]. Disponível em: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1104](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1104).
- SIMÕES, Augusto Filipe (2006 [1878]) – *Introdução à arqueologia da Península Ibérica. Part. 1: Antiguidades pré-históricas. Edição facsimilada do original de 1878*. Lisboa: Arquimedes Livros.
- SOUSA, Luís (2010) – Roteiro de notícias arqueológicas e mouriscas (com notas críticas) in CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias do distrito de Viseu nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. [Braga]: J.V.C., 2010. Vol. 6.
- SOUSA, Luís (2011) – Notícias arqueológicas e mouriscas (com notas críticas) in CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga. Vol. 7.
- SOUSA, Luís (2013) – Roteiro – Castros, Castelos. Fortificações, Figuras e Eventos Militares, in Capela, José Viriato; Matos, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*. Braga. Vol. 8.
- TAVARES, J. A. (1885) – Archeologia do districto de Bragança: dolmens de Villarinho e de Zedes. *O Archeologo Portugues*. 1.ª série. pp. 107-109.
- VASCONCELOS, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol.1.
- VASCONCELOS, José Leite de (1895) – Notícias archeológicas de Penafiel In *O Archeologo Português*. Vol. 1.
- VIEIRA, José Augusto (1887) – *O Minho Pittoresco*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira – Editor. Tomo II. p. 489.
- VIEIRA, Alexandra (2013) – Castelo Velho and Prazo (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): the oral tradition. In A. Chadwick and C. Gibson (eds). *Memory, Myth and Long-term Landscape Inhabitation*. Oxford: Oxbow.
- VIEIRA, Alexandra (2016) – A Arqueologia e a Toponímia – uma abordagem preliminar. In *Al-Madan Online*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada.



Patrocinador oficial